
O TRABALHO CONTEMPORÂNEO VIGENTE E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

*Osmar Faustino de Oliveira*¹

*Manoel Raymundo de Carvalho Neto*²

*Jose Geraldo Pimentel Neto*³

*Flávio Antonio Miranda de Souza*⁴

Resumo

O acréscimo dos operários que vivem em situação de desemprego, é parte característica do aumento do desemprego que abrange o mundo do trabalho, em função da dialética destrutiva que preside seu sistema de metabolismo social. Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria centralidade do trabalho abstrato. O processo de produção era caracterizado por uma produção em massa de bens homogêneos, uniformidade e padronização, grandes estoques e inventários. O presente trabalho tem como objetivo ilustrar o mercado de trabalho e a taxa de desemprego no Brasil e as mudanças que o Neoliberalismo trouxe. Realizou-se uma discussão teoria e dados de autores que já pesquisaram sobre o assunto. Com os resultados, ficou evidente a concentração de renda entre 0,5 salários mínimos até 2 salários mínimos, havendo uma forte desigualdade econômica decorrente do Neoliberalismo.

Palavras-chave

Neoliberalismo;
Estado mínimo;
Trabalho;
Desemprego;
Salário mínimo.

CURRENT CONTEMPORARY WORK AND NEOLIBERALISM IN BRAZIL

Abstract

The increase in the number of workers living in unemployment is a characteristic feature of the increase in unemployment, which affects the world of work, due to the destructive dialectic that governs its system of social metabolism. As capital has a strong sense of stiffness

Keywords

*Neoliberalism;
Minimum State;
Job;
Unemployment;*

¹ Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: osmarfaustino@yahoo.com.br.

² Mestre em Gestão e Economia da Saúde pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: manoelneto.ufpe@gmail.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Urbano (2017) todos os títulos obtidos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: gerageo@gmail.com.

⁴ Professor Titular do Departamento de Expressão Gráfica e Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fdesouza67@gmail.com

and exclusion, it is the very centrality of abstract labor. The production process was characterized by a mass production of homogeneous goods, uniformity and standardization, large inventories. The present work aims to illustrate the labor market and the unemployment rate in Brazil and the changes that Neoliberalism brought. A discussion was made of theory and data from authors who have already researched the subject. With the results, the concentration of income between 0.5 minimum wages up to 2 minimum wages was evident, with a strong economic inequality due to Neoliberalism.

Minimum wage.

Introdução

O processo de produção era caracterizado por uma produção em massa de bens homogêneos. O trabalho no fordismo era caracterizado pela realização de uma única tarefa pelo trabalhador, pagamento baseado em critérios da definição do emprego.

O Espaço no Fordismo era caracterizado pela especialização espacial funcional, divisão espacial do trabalho, homogeneização dos mercados regionais de trabalho espacialmente segmentados, distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes.

O formato contemporâneo do trabalho como expressão do trabalho social é mais complexo, socialmente tratado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos. É bastante evidente a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto. O trabalho é um fator preponderante para as estratégias das empresas e por isso entender essa lógica é também entender a reorganização espacial.

Obviamente, os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidos, não podem ser superiores a eles, mas pode sim, ser inferiores em todos os graus possíveis. Seus salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não serão limitados pelos salários dos trabalhadores. O neoliberalismo visa acabar com os sindicatos, como também, com o papel do Estado regulador.

Tendo em vista o que foi discutido acima, o presente trabalho objetivo esboçar o mercado de trabalho e a taxa de desemprego no Brasil e os aspectos do neoliberalismo. Para isso, realizou-se uma discussão teórica e dados de autores que já pesquisaram sobre o tema abordado.

Referencial teórico e metodologia

O presente trabalho tem como objetivo ilustrar o mercado de trabalho e a taxa de desemprego no Brasil. Para isso, realizou-se uma discussão teoria e dados de autores que já pesquisaram sobre o assunto.

Segundo HARVEY, (1994) no Fordismo, o **processo de produção** era caracterizado por uma produção em massa de bens homogêneos, uniformidade e padronização,

grandes estoques e inventários, testes de qualidade *ex-post* (detecção tardia de erros e produtos defeituosos, produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques, perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc. Voltada para os recursos, integração vertical e (em alguns casos) horizontal, redução de custos através do controle dos salários. Já o *Just-in-time*, a produção é flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produtos, sem estoques, controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros), rejeição imediata de peças com defeito, redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho” voltada para a demanda, integração (quase) vertical, subcontratação (HARVEY, 1994).

O **trabalho** no fordismo era caracterizado pela realização de uma única tarefa pelo trabalhador, pagamento pro rata (baseado em critérios da definição do emprego), alto grau de especialização de tarefas, pouco ou nenhum treinamento no trabalho, o filme que ilustra bem esse modelo é “Tempos Modernos” de Charles Chaplin⁵. Já no modelo *Just-in-time* é caracterizado por múltiplas tarefas, pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações), eliminação da demarcação de tarefas, longo treinamento no trabalho.

O **Espaço** no Fordismo era caracterizado pela especialização espacial funcional (centralização/descentralização), divisão espacial do trabalho, homogeneização dos mercados regionais de trabalho espacialmente segmentados, distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes. Já no modelo *Just-in-time*, caracteriza pela agregação e aglomeração espaciais, integração espacial, diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho), proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas.

O **Estado** no Fordismo caracteriza-se pela regulamentação, rigidez, negociação coletiva, socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social), estabilidade internacional através de acordos multilaterais, centralização, o Estado/cidade “subsidiador”, intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços, políticas regionais nacionais, pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas, inovação liderada pela indústria (HARVEY, 1994). No *Just-in-time* caracteriza-se pela desregulamentação/re-regulamentação, flexibilidade, divisão/individualização, negociações locais ou por empresa, privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas, descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana, o Estado/cidade “empreendedor”, intervenção estatal direta em mercados através de aquisição, políticas regionais “territoriais” (na forma de uma terceira parte), pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado, inovação liderada pelo Estado. Essas são as principais diferenças entre o Fordismo e o *Just-in-time*, que é relevante entender para uma melhor compreensão do leitor sobre o mercado de trabalho.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3tL3E5fIZis>

O **mercado de trabalho** é o espaço de maximização do bem-estar no qual todos ganham, o emprego é deliberado pela oferta e demanda, o desemprego é voluntário (APOLINÁRIO, 2013). O funcionamento do mercado de trabalho é igual aos demais mercados, podendo ser observados comportamentos econômicos de empresas e pessoas que buscam otimizar o seu bem-estar e onde as funções da oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário. Caso ocorra algum desequilíbrio entre oferta e demanda, se todos os operários não encontram um trabalho, é porque o nível dos salários está muito alto (APOLINÁRIO, 2013). O empreendimento acercar-se a contratar trabalhadores enquanto seu custo marginal é inferior à produtividade marginal do trabalho. A baixa do custo do trabalho se traduz então por um crescimento da oferta de emprego. A intervenção de sindicatos, convenções coletivas etc. influenciam o nível dos salários reais que se afastam dos parâmetros de equilíbrio, gerando, dessa forma, desemprego.

Segundo (Antunes, 2009), o formato contemporâneo do trabalho como expressão do trabalho social é mais complexo, socialmente tratado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos. É bastante evidente a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto. Mas justamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a uso e a produtividade do trabalho de modo a ativaras formas de extração sobre o trabalho em curto prazo. A redução do tempo físico do trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, admite examinar a tese a qual o capital não tem mais interesse em explorar o trabalho abstrato acaba por converter a tendência pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto extinguindo o primeiro. O capital recorre cada vez mais às formas de precarização e intensificação da exploração do trabalho, que se torna cada vez mais essencial para a realização de seu ciclo reprodutivo em um mundo em que a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas (ANTUNES, 2009). A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se sustente.

O tema da eliminação do trabalho abstrato, considerado gasto de energia física e intelectual para a produção de mercadorias, não encontra respaldo teórico e empírico para a sua conservação nos países desenvolvidos como os EUA, o Japão, a Alemanha, e muito menos nos países periféricos. E tem como cardeal problema analítico o fato de desconsiderar as interações existentes entre a potência instituída de que se reveste o trabalho vivo e a potência constituída presente no trabalho morto. A redução do proletariado durável, sucessor do taylorismo/fordismo, o aumento do trabalho intelectual abstrato no interno das fábricas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado sob a forma do trabalho terceirizado, par time, desenvolvidas profundamente na era da empresa flexível e da desverticalização produtiva, são grandes exemplos do vigor da lei do valor (ANTUNES, 2009).

Ainda sobre o trabalho de Antunes (2009) ele comenta que existe o aumento dos trabalhadores que vivem em situação de desemprego, é parte característica crescente

do desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, em função da dialética destrutiva que preside seu sistema de metabolismo social. Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria centralidade do trabalho abstrato que determina a não centralidade do trabalho, atual na massa dos excluídos do trabalho vivo que, uma vez (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, buscam desesperadamente encontrar formas de individualização e de socialização nas esferas avulsas do não trabalho.

A ciência possui uma forte ligação com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo. Essa interpenetração entre atividades laborativas e ciência agrega e articula a potência representada do trabalho vivo à potência constituída do conhecimento técnico-científico na fabricação de valores materiais e imateriais. O saber científico e o saber laborativo se misturam mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro faça cair por terra o segundo. As máquinas inteligentes não podem simplesmente retirar os trabalhadores (ANTUNES, 2009). Pelo contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do trabalhador, pois este ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte das suas novas qualidades intelectuais e cognitivas à nova máquina. Com isso, gera um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva e nem pode levar a extinção do trabalho vivo e de seu vigor constituinte sob o sistema de metabolismo social do capital. Então, esse procedimento de retroalimentação estabelece ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, pelo menos nos ramos produtivos com maior conteúdo tecnológico.

No mundo contemporâneo, há um grande avanço do trabalho em atividades de pesquisa, na criação de softwares, marketing e publicidade, por exemplo. A expansão do trabalho no setor de serviços, em esferas não produtivas, mas que muitas vezes exercem atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como uma outra particularidade relevante da noção de trabalho para entender o mundo moderno.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho (MARX, 1996). O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. Em outras palavras o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador pois é a única coisa que o trabalhador pode oferecer ao capitalista e com a força de trabalho do trabalhador o capitalista ganha a mais valia, ou seja, o lucro da força de trabalho (ANTUNES, 2013).

O salário é a soma em dinheiro que o capitalista, paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho. O capitalista compra o trabalho dos “colaboradores” que no século XXI são assim chamados os trabalhadores pelos capitalistas a troco de dinheiro. Os trabalhadores vendem sua mão-de-obra para os capitalistas, ou seja, os trabalhadores vendem sua força de trabalho. Em que o

capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês etc. os trabalhadores trocam a sua mercadoria que é a sua força de trabalho, pela mercadoria do capitalista, que é o dinheiro, ou seja, tanto dinheiro por tantas horas de trabalho. O valor de troca de uma mercadoria, avaliado em dinheiro, é o que se chama de seu preço. Portanto, salário é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho, que é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem (KARL MARX, 1818-1883).

Quando consideramos as mercadorias como valores, estamos considerando-a somente sob o aspecto de trabalho social realizado, fixado, ou se assim quiserem, cristalizado. Consideradas desse modo, só podem ser diferenciadas umas das outras enquanto representarem quantidades maiores ou menores de trabalho, por exemplo, um lenço de seda pode incorporar uma quantidade maior de trabalho do que um tijolo. Então, vem a pergunta: como são medidas as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, computado em horas, em dias etc. Naturalmente para aplicar essa medida, todos os tipos de trabalho são reduzidos a um trabalho médio, ou simples, considerado como uma unidade. Portanto, uma mercadoria tem um valor porque é uma cristalização de trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessária à sua produção. Porém, os valores relativos das mercadorias são determinados pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho empregue, realizado, fixado nelas. As quantidades correspondentes de mercadorias, que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho são iguais. De outro modo, o valor de uma mercadoria será para o valor de outra mercadoria assim como a quantidade de trabalho incorporada em uma está para quantidade de trabalho incorporada em outra (ANTUNES, 2013; HARVEY, 2013).

O trabalho é um fator preponderante para as estratégias das empresas e por isso entender essa lógica é também entender a reorganização espacial. Compreende-se que a partir dos inícios dos anos 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, tendendo tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960 onde se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais. Foi nessa conjuntura que o capital, em escala global, redesenhou novas e velhas modalidades de trabalho, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram-se de expressões que de certo modo foram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como autonomia, participação social, para dar-lhes outras formas, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, as

cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. O que vem fazendo os capitais em escala global é criando cooperativas falsas, como forma de precarizar e até mesmo destruir ainda mais os direitos do trabalho (ANTUNES, 2009; BRAZ, 2014).

A crise do fordismo urbano se manifesta, principalmente, por meio da crise do urbanismo modernista e regulatório com a flexibilização urbana e com a crise de financiamento estatal da materialidade urbana como a habitação, equipamentos e infraestrutura) e alguns serviços urbanos coletivos. Nos dois casos, o mercado ressurgiu como principal organismo de organização da produção das materialidades urbanas, seja pela via das privatizações de empresas públicas urbanas, seja pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais e comerciais da cidade. Do mesmo modo, a cidade neoliberal tem como mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo a predominância do mercado, ou, como preferimos dizer, do retorno da mão inoxidável do mercado. Então, a hipótese do trabalho que nomeamos reafirma que o mercado, ao ser o principal mecanismo de hegemonia da coordenação das decisões de uso do solo, determina uma composição ou forma de cidade privada e característica da América Latina (ABRAMO, 2007).

O capitalismo, em suas últimas décadas, vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização, a informalidade, a precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais do capitalismo recente. A partir da crise global de 2007-2008 esse processo se intensificou e assistimos a uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, de matriz taylorismo-fordista, que foi dominante no século XX e vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando cada vez mais os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor (ANTUNES, 2014). Como o tempo e o espaço estão em frequente mutação nessa fase de mundialização do capital, presenciamos uma explosão de novas modalidades do trabalho, tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços.

As mudanças nas políticas de gestão, inspiradas no toyotismo e na acumulação flexível, tem como uma das principais práticas o uso da terceirização. No Brasil, constata-se uma precarização nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, a agricultura e os serviços, o serviço público.

A **mundialização do capital** é um grande propulsor de divisão do trabalho. Ao potencializar as classes gerais de produção nas diversas escalas, liga numerosos novos espaços para a circulação e produção de bens (ELIAS; PEQUENO; ROMCY, 2012). Isso reflete territorialmente numa desconcentração da produção, reafirmando cada vez mais a necessidade da divisão técnica e territorial do trabalho, como também, uma nova maneira de organizá-lo, tendo em vista o êxito da produtividade. A reestruturação dos processos produtivos desencadeia várias mutações tanto na reprodução social como na organização do espaço geográfico.

No Brasil, sobretudo na década de 1980, muitos lugares tornaram-se atrativos à produção moderna e foram congregados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais de diferentes ramos da economia. Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território brasileiro de fluidez para os investimentos produtivos, sucede uma descentralização da produção. Nessa totalidade, até a década de 1980, muitos lugares que, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, ajeitavam exército de lugares de reserva, tornam-se atrativos à produção moderna e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diferentes ramos da economia (ELIAS; PEQUENO; ROMCY, 2012). Incitar-se, assim, a divisão territorial do trabalho e as trocas Inter setoriais, resultando em reestruturações urbanas e regionais de várias naturezas e proporções por todo o território nacional.

O mesmo conjunto de precarização se pode presenciar quando se consideram as diversas modalidades de “flexibilização” do trabalho, que sempre acabam trazendo, de modo enclavado, diferentes formas de precarização. A nova categoria de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se resume em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade, isto é, ‘O trabalhador precarizado está, ademais, em um limite incerto entre ocupação e não-ocupação e ao mesmo tempo em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Nesta ocasião a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratador mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta esse enfraquecimento. Nessa guerra de deterioração, a força de trabalho é desamparada totalmente, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação. Entre as distintas formas de flexibilização, em veracidade precarização podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos (ANTUNES, 2009). A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, porque a produção e as vendas enfraquecem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a uniformidade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, alterando os horários e as características do trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc., entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009; JUNG, 2014).

Em 1994 no Brasil tem início a aplicação de um projeto neoliberal que vem avançando com dificuldades, mas sempre dando passos avançados para uma clara política de abertura da economia para o capital internacional, desnacionalização via privatizações de grandes empresas estatais, tentativas ainda frágeis de desregulamentação das normas trabalhistas, dentre outras não menos significantes.

Trata-se na realidade de uma constatação do predomínio de forma hegemônica do Neoliberalismo (CERQUEIRA, 2008).

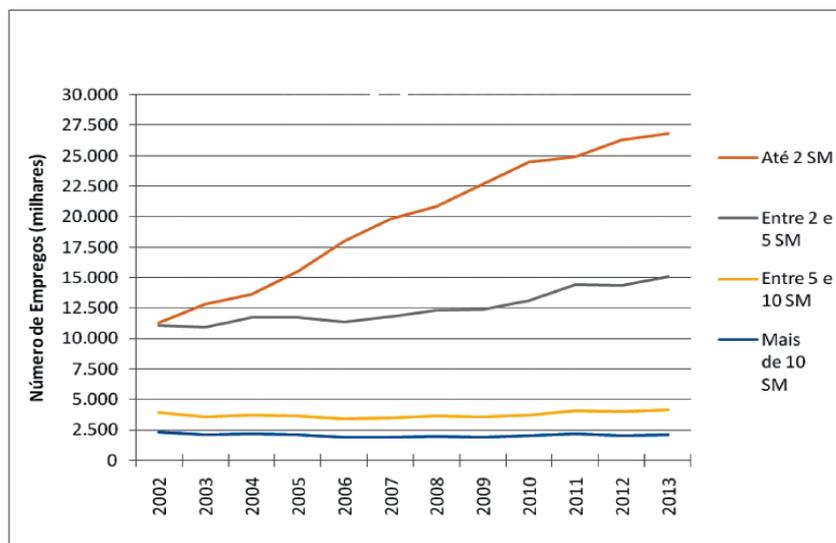
No caso do Brasil, a pobreza diminuiu nos últimos anos, em razão principalmente de um aumento real do salário-mínimo e do programa Bolsa Família. Isso, porém, não significou mudança nas estruturas das desigualdes sociais. Ao contrário, a política econômica vem enriquecendo de modo exponencial os mais ricos, os 5% no topo da pirâmide social. Portanto, ocorre diminuição da pobreza, sim, mas, ao mesmo tempo, aumento da desigualdade social. A maior parte do resultado do trabalho, a maior parte dos recursos produzidos no país, vai para a camada mais rica, através do sistema tributário, do imposto sobre o consumo, que tem um peso maior que aquele sobre a renda e do pagamento da dívida, do superávit primário (SILVA; et. al., 2016)

O neoliberalismo passou então a executar seus programas de dominação nos países capitalistas, principalmente aqueles subordinados do Terceiro Mundo. Neles foram implantados um ideário de reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. Individualizando esse momento na história, que se materializa a partir da década de 1970. A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (ANTUNES, 2001; ROCHA, 2018).

Resultados

Obviamente, os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidos, não podem ser superiores a eles, mas pode sim, ser inferiores em todos os graus possíveis. Seus salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não serão limitados pelos salários dos trabalhadores.

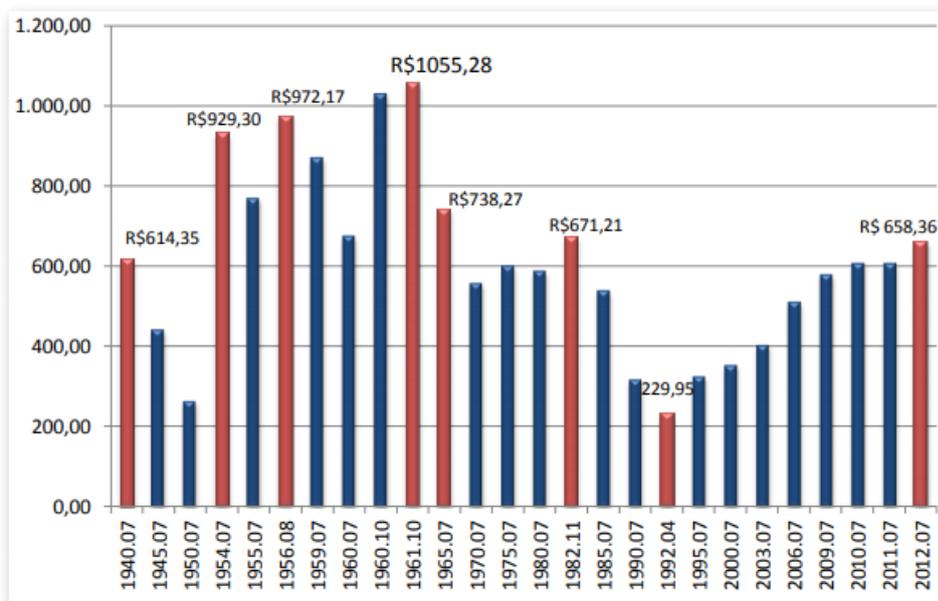
Gráfico 1: Evolução de empregos formais, por faixa de remuneração no Brasil entre 2002 a 2013.



Fonte: (MATOS, 2015 pág. 78)

O Gráfico 1 ilustra a evolução de empregos formais, por faixa de remuneração no Brasil entre 2002 a 2013. A faixa salarial de até 2 salários mínimos aumentou significativamente no período 2002 a 2013, superando a faixa salarial de 2 SM até 5 SM, que também aumentou no Brasil. Isto é, no Brasil, a concentração de Renda segundo (MATOS, 2015) está concentrada na faixa de até 2 SM. Já as faixas entre 5 SM e 10 SM e mais de 10 SM se manteve no mesmo patamar.

Gráfico 2: Salário mínimo real no Brasil 1940-2011

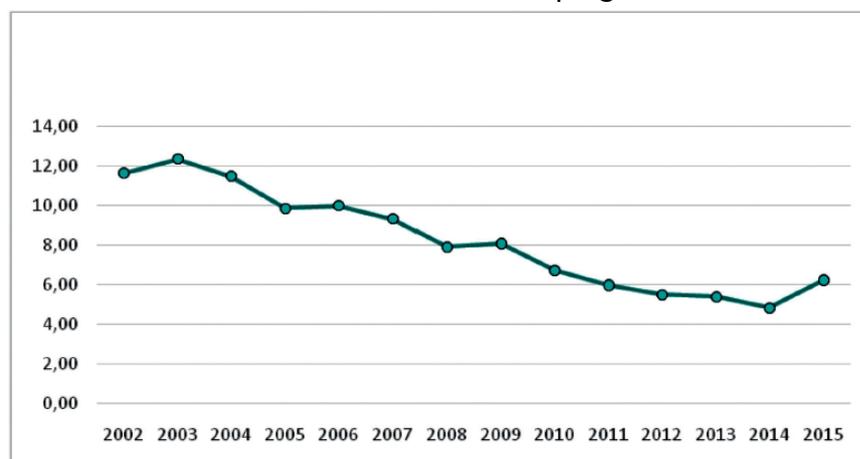


Fonte: (SILVA, 2014, pág. 52).

Como é possível observar no (Gráfico 2) com o aumento do SM, principalmente a partir do governo Lula, esta “assimetria” tem diminuído, na medida em que o índice de Gini capta este efeito. Isto é importante pois reflete uma melhoria na distribuição de

renda pela via do mercado de trabalho, o que é condição essencial para o processo de crescimento econômico. Em 1994 surge o Plano Real, que teve como objetivo controlar a inflação no governo FHC.

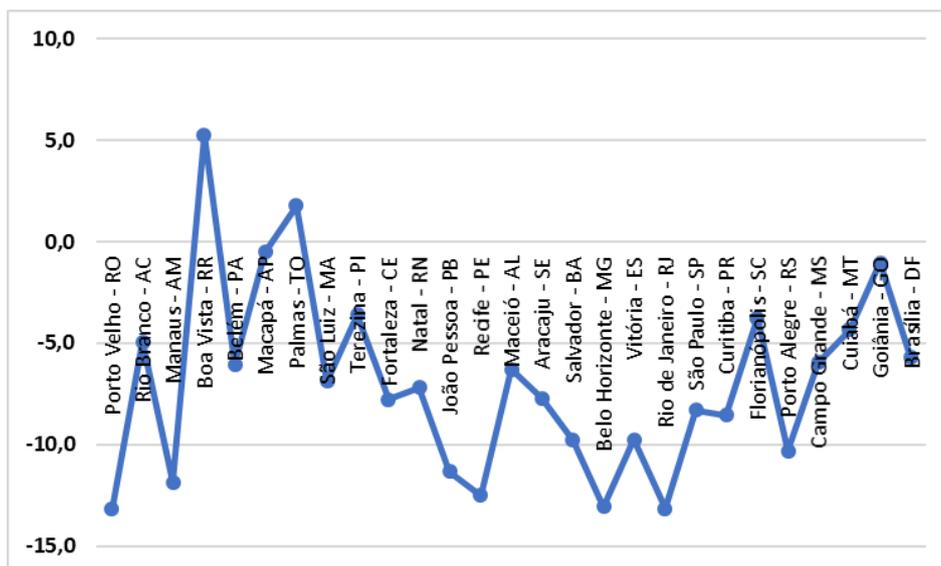
Gráfico 3: Taxa anual de Desemprego no Brasil.



Fonte: (MATOS, 2015 pág. 75)

Em relação a taxa de desemprego no Brasil conforme mostra o gráfico 3, de 2002 até 2013 reduziu, período este, em que o Brasil estava com sua economia em ascensão. A partir de 2014 a taxa de desemprego começar a crescer, isso devida a crise política que se tornou econômica.

Gráfico 4: Taxa percentual de crescimento do Emprego Formal nas capitais do Brasil 2017 em relação a 2014



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Com base no gráfico 4, é possível identificar que de 2017 em relação a 2014 a taxa percentual foi negativa em todas as capitais do Brasil. Exceto, em Boa Vista (RR) com 5,3% e Palmas (TO) com 1,8%. As demais foram todas negativadas, isso mostra o efeito da crise política que depois virou econômica. As capitais com as taxas mais negativas foram Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), e Porto Velho (RO) com -13,2%, -13,1% e -13,2% respectivamente. Vale destacar também Recife (PE) com -12,5%, João Pessoa (PB) com -11,3%, Manaus (AM) com -11,9% e Porto Alegre (RS) com -10,3%.

Considerações finais

Foi revisado os investimentos do setor habitacional, do crédito imobiliário e sua expansão no Brasil. O processo de financeirização no modelo neoliberal em que se encontra a economia brasileira. O mercado de trabalho e sua precarização no modelo vigente no Brasil.

Como o processo de financeirização no Brasil e seu significado, enfatizando sua forma de manifestação mais aparente, pode-se afirmar que esse processo se refere, à crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza e os valores dos bens, serviços e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade. A financeirização deve ser compreendida como o padrão sistemático de riqueza do capitalismo atual.

O mercado de trabalho abordando os principais acontecimentos. O trabalho assalariado e funciona pelo o lucro capitalista que é extraído do trabalhador. Como o trabalhador é explorado pelo capitalista e como funciona a mais valia. Em que o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador em troca de uma “recompensa” o salário. Mas o trabalhador não fica com parte do lucro do capitalista, seu salário deve ser inferior ao lucro do capitalista, esse é o sistema capitalista.

O neoliberalismo econômico é mais minucioso sobre este fenômeno do século XX, que tanto impacto tem causado sobre as relações de trabalho, é esclarecedor e, acima de tudo, útil na compreensão do que está em jogo quando se fala em reforma dos sistemas de regulação trabalhista, estabelecidos em diferentes países.

A discussão envolvendo uma nova divisão do trabalho entre diferentes nações pressupõe a existência de uma antiga divisão do trabalho, sendo que a compreensão das particularidades presentes nesta nova ordem implica o conhecimento prévio da lógica anterior. Assim, será de grande utilidade uma apresentação de diferentes configurações da Divisão Internacional do Trabalho.

Vale destacar que a desregulamentação do mercado de trabalho é apenas uma entre as várias medidas liberalizantes enumeradas anteriormente, as quais atendem fundamentalmente aos interesses do capital financeiro. O predomínio destes interesses, sob a égide da financeirização do capitalismo, orienta a lógica da moderna Divisão Internacional do Trabalho, dando sentido ao processo de reestruturação produtiva registrado em países semiperiféricos como o Brasil. Por fim, conclui-se que a financeirização do capital, acompanhada de um arcabouço ideológico que a legitima o neoliberalismo e oferece uma explicação mais adequada para as transformações produtivas que tanto impacto vêm causando na realidade vivida por trabalhadores brasileiros, entre outros. Neste sentido, as teorias pós-fordistas abordadas no início deste capítulo, além de inadequadas ou mesmo em função desta sua inadequação podem ser utilizadas ideologicamente em defesa de interesses específicos, na medida em que representam uma forma particular de interpretação das mudanças registradas, capaz de ocultar seu real significado para os trabalhadores.

As perspectivas imediatas são ainda de crescimento mundial do neoliberalismo, ampliando e consolidando seu raio de ação e dominação hegemônico. Com essa tendência sendo confirmada a cada dia, pode-se perguntar a quem interessa o crescimento neoliberal e a quem não interessa.

Por fim, com os dados pois possível observar que, a concentração de renda no Brasil está nas faixas salariais entre 0,5 salários mínimos até 2,0 salários mínimos, mesmo com a redução do desemprego. Isto quer dizer que, está havendo precarização do trabalho. Como também a taxa percentual do trabalho formal nas capitais do Brasil foi negativa exceto na Boa Vista (RR) com 5,3% e Palmas (TO) com 1,8%. Esses são os efeitos da crise econômica e do neoliberalismo.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** A Cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles Latinoamericanas - v.9, n.2, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. 2° edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo, SP :Boitempo Editorial, 2009.
- CERQUEIRA, Jackson B. A. **UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: SURGIMENTO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS**. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila de Oliveira. **Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho**. *GeoTextos*, vol. 8, n. 1, jul. 2012.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Vol. 2. Edições Loyola, 1994.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- JUNG, P. R. **O Mercado de Trabalho e o Jovem trabalhador na “sala do emprego” do jornal hoje**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro / Karl Heinrich Marx - 2ª edição**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 55.
- MATOS, F. A. M. **Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho**. *Estudos Avançados*, 2015.
- ROCHA, C. E. R. **Trabalho e Precarização numa ordem Neoliberal**. *Revista Pegada* - vol. 19 n.1. Janeiro-Abril/2018.
- SILVA, Vivian G. M. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise à luz da financeirização brasileira**. Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- SILVA, A. A. R.; et. al. **NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: transformações e frente a informalidade**. *R. Pol. Públ.* São Luís, Número Especial, p. 227-235, novembro de 2016.



Recebido em março de 2019

Aceito para publicação em julho de 2019